

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.874 - MS (2019/0295136-4)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PACIENTE : THIAGO DE OLIVEIRA BUQUE (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THIAGO DE OLIVEIRA BUQUE, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, objetivando o afastamento da exigência de realização de exame criminológico e a determinação para que o juízo da execução aprecie o pedido de progressão.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão deduzida, *in casu*, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator